

Quem puxa o carro da economia? Brasil

20 DEZ 1984

Segundo os jornais de ontem a comissão de assessores econômicos do candidato Tancredo Neves definiu, em sua primeira reunião de trabalho, algumas grandes linhas de prioridades sobre as quais trabalhar inicialmente. Estas seriam: a correção dos desequilíbrios da política de combate à inflação e à dívida pública (interna e externa); elaboração de um plano de combate à pobreza; perfil das grandes políticas setoriais; alterações no quadro institucional da economia.

Desde logo se pode perceber, no alinhamento dessas prioridades, a influência do pensamento de alguns membros da comissão. Lembramos, por exemplo, que o ex-ministro Hélio Beltrão há muito tempo defende a tese de que um programa de eliminação da pobreza absoluta no Brasil pode constituir poderoso motor das atividades econômicas, no sentido de que suprir as carências da população miserável, em termos de habitação, alimentação, saúde, saneamento, etc., significa, na prática, encomendas vultosas e de longo prazo para ramos empresariais que têm imensa disseminação e capacidade de geração de empregos no País. O segundo item, portanto, ou seja, a menção a um plano emergencial de combate à pobreza, parece-nos derivado dessa doutrina.

Mas, no fundamental, cremos que nisso concordaremos todos, o grande desafio para a imaginação dos membros da comissão e de todos aqueles que direta ou indiretamente colaborarem com a administração econômica do futuro governo será, de imediato, a conciliação entre os imperativos de consolidar e até acelerar a recuperação da economia e de conter e reduzir a inflação.

Já vimos nos jornais que dois homens de pensamento e formação diametralmente opostas, como são Sérgio Quintella, presidente da Internacional de Engenharia, um homem de mercado, pragmático, "fazedor", como se diz, e Celso Furtado, um scholar, um homem contemplativo, concordam em que os dois objetivos não são necessária e imperativamente excludentes. É possível ter crescimento econômico com redução da inflação, coisa que aliás vem sendo demonstrada nos EUA por aquilo que a imprensa chama de reaganomics e que nada mais é, em nossa opinião, do que a aplicação do bom senso à administração pública, de modo que esta simplesmente permita aos cidadãos trabalhar e ganhar dinheiro. O fato é que lá a economia se reativou e a inflação caiu. Fato que também já foi observado no Brasil durante o período chamado do "milagre", quando a taxa de crescimento econômico aumentou enquanto a inflação caía.

Não esqueçamos, todavia, que o efeito só pôde ser obtido depois de um período relativamente longo e difícil — governo Castello Branco —, durante o qual foi levado a efeito amplo saneamento das finanças públicas e rigorosa restauração da boa ordem no governo.

Aliás, o empresário Sérgio Quintella, falando aos jornais na semana passada, dizia judiciosamente que iria recomendar, como membro da comissão de assessores, um profundo exame da situação de grandes empresas estatais — Vale do Rio Doce, Petrobrás, Eletrobrás, Siderbrás — do ponto de vista qualitativo, isto é, com vistas a avaliar o que elas estão fazendo, como estão fazendo, se é necessário, conveniente ou recomendável, no momento, o que estiverem fazendo, etc. Achamos da mais alta relevância esse levantamento, uma vez que não existe no Brasil nenhuma avaliação aprofundada do trabalho dessas

empresas, do ponto de vista do interesse público mais geral. O que se faz, normalmente, é verificar se elas estão ou não seguindo as normas governamentais e se estão tendo um desempenho positivo em face dos seus próprios interesses.

Citamos um exemplo prático: o governo proclama que tem de reajustar os preços dos serviços e bens fornecidos por tais empresas para que elas não se descapitalizem nem se tornem deficitárias. Perfeitamente justo. Mas qual o critério dos reajustes? Alguns pontos percentuais acima da variação do INPC ou do IGP. No entanto, a maneira apropriada de garantir a saúde delas sem sacrificar a dos consumidores dos seus serviços seria verificar, em cada caso, em cada empresa, qual foi realmente o aumento dos custos por elas enfrentados e então calcular o reajuste necessário. Sim, porque nada garante que os custos efetivos tenham crescido ou cresçam mais do que o INPC, por exemplo, ou na mesma proporção. Na verdade, se estiverem sendo bem administradas de fato, tais custos devem, necessariamente, aumentar menos do que qualquer índice de preços ao consumidor.

"As estatais" — diz muito bem Quintella — "devem ter um tratamento qualitativo, readquirir sua autonomia gerencial perdida nestes anos de centralização econômica". E principalmente, diríamos nós, devem ser examinadas uma por uma e reavaliadas em profundidade, para que se determine não apenas sua essencialidade, como admitiu Tancredo em um dos seus discursos, mas também a real contribuição que podem dar ao saneamento das finanças públicas e à redução, conseqüente, da inflação.

Como notava nos jornais de ontem o general Euclides Figueiredo, diretor da Escola Superior de Guerra, a iniciativa privada "é que puxa o carro do País e não o governo" e, portanto, é ela que deve liderar a recuperação. Ora, isso não será possível num clima de inflação alta e renitente, e de altos e renitentes déficits do setor público a assombrar o mercado e a criar permanentes ameaças de medidas fiscais draconianas e súbitas.

Portanto, a resolução do aparente enigma que a Esfinge está propondo aos economistas — crescimento ou inflação? —, sob ameaça de devorá-los, pode começar a ser solucionada de maneira simples: com medidas eficazes de redução do déficit público e de liberação das forças da iniciativa privada.